

# CIÊNCIA OU IDEOLOGIA? A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA\*

DANIEL ANDRADE CARIBÉ\*\*

**A** ADMINISTRAÇÃO, enquanto campo do conhecimento, ganha importância com a ascensão de uma determinada forma de produção e seu conseqüente fortalecimento do Estado. Esse modo de produção não poderia ser outro senão o atual baseado na exploração do trabalho e na criação de um sistema de produção e circulação de mercadorias. Isso não significa que a gestão, ou até mesmo as organizações, não existissem antes desse momento. O que muda é que uma latente necessidade de controlar as relações sociais cresce nessas sociedades na mesma proporção em que as contradições derivadas daí afloram. É por isso que a Administração se consolida muito mais como uma justificativa para a dominação de uma classe sobre os trabalhadores do que como ciência. Daí a quantidade de discursos ideologizados, sem muita fundamentação científica, mas de grande utilidade prática.

Entender a forma como foi feito esse controle (ou a gestão) das relações sociais parece-nos mais importante do que a consolidação da Administração como uma ciência autônoma. Entender a Administração enquanto ideologia ganha importância porque nos parece nítido que por mais que diferentes abordagens da gestão das relações sociais tenham sido elaboradas sob o manto de diversos paradigmas, quando determinadas sociedades (ou, mais especificamente, suas classes dominantes) tentaram materializar o que se tinha deliberado — o que deveria se fazer para se

---

\* Este texto foi elaborado com base no primeiro capítulo da dissertação de mestrado do autor, *Das Fábricas ao Estado, do Estado às Fábricas: a Formação dos Gestores Enquanto Classe*, defendida na Escola de Administração, em novembro de 2006.

\*\* Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia.

chegar a determinado patamar de desenvolvimento das forças produtivas — as diferenças entre essas concepções, em princípio tão antagônicas, caem por terra quase que completamente. Há mais contradições entre essas abordagens no “o que fazer” do que no “como foi feito”. Em outras palavras, parecem-nos mais nítidas as diferenças entre as abordagens quando falamos em Economia Política do que quando falamos em Administração Política.

Aparentemente rivais, as classes dominantes de nações diversas em tempos não sincronizados, prometeram mudar significativamente o rumo da história, apontaram para tal, mas o caminho foi o mesmo. Por que o discurso era um e a prática era outra? Melhor: qual era esta prática? Aí que está a questão mais importante quando se tenta estudar a Administração Política. A Administração Política é, a um só tempo, esta prática e o discurso que a esconde.

### **A Administração Política enquanto ciência**

Está posto desde já que nosso interesse com a Administração Política não é reforçá-la enquanto ciência. Pelo contrário: o objetivo é fazer uma crítica às práticas que fundamentam este campo. Consideramos, é verdade, que a Administração Política é um conjunto de conhecimentos baseado na racionalidade instrumental, fragmentado e espalhado por outras disciplinas. Neste texto, portanto, tentaremos apontar por onde se inicia a busca da fundamentação científica da Administração Política. Isso porque a própria ciência com um todo, sendo uma força produtiva do capitalismo, determinada pelas relações de produção (a luta de classes), está fortemente marcada por aspectos ideológicos. Partir para a constituição da Administração Política enquanto ciência autônoma, neste momento, parecer ser o caminho mais fácil para superá-la.

O objetivo específico deste texto passa a ser então reconstruir o conceito de Administração Política. Partimos do debate proposto por Santos (2004) e, portanto, dos fundamentos epistemológicos do campo. Qual o objeto da disciplina? Qual a sua origem? Se buscarmos essas respostas de forma crítica, podemos chegar, em outros momentos, à descoberta ainda mais importante: *a quem a Administração serve?*

Há algum tempo estudiosos do campo da Administração — ou da Teoria das Organizações — vêm se esforçando na tarefa de definir esse campo. Algumas abordagens definem-no, somente, como um conjunto de técnicas, separado da reflexão crítica e principalmente da política; outras

tantas preferem defini-lo como uma nova ciência, um campo multidisciplinar em ascensão. Mas, entre os dois olhares, pouco se tem dito sobre o seu papel histórico. O único consenso é que não parece mais admissível definir a Administração como arte, equívoco comum a muitos teóricos não tão antigos, que assim negam o caráter racional desse campo. Do resto, tudo ainda é polêmica.

Entre elas, umas das mais acirradas — que surge ao tentar afirmar a Administração enquanto ciência — é a discussão quanto à determinação do seu objeto. Uns tantos defendem que seriam *as organizações*, no geral, que se consolidam como foco da disciplina (França, 2004); outros tantos preferem seguir a orientação dos que fundaram o campo — Taylor e Simon, por exemplo — e consolidam *a gestão* com objeto principal. Essa discussão parece apontar para a segregação da Administração em dois campos, sem, contudo, tirar a interdependência deles.

Nos últimos anos, a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, mais especificamente Reginaldo Santos, vem se dedicando na construção de um conceito que melhor possa compreender e reafirmar historicamente esse campo, colaborando, assim, para superar o caráter superficial de até então. A esse conceito deu-se o nome de *Administração Política* (Santos, 2004) e é uma importante contribuição a esses debates já citados. Escolheu-se este nome pela necessidade de dar à Administração e seus cursos superiores um foco mais amplo, a gerência do próprio Estado e das relações sociais de produção e distribuição para ser mais preciso, e assim mostrar os limites da Economia Política que tentara sem sucesso ou dar conta da gestão das instituições, ou menosprezar a gestão por considerar objeto secundário.

O caminho escolhido por Santos (2004) para se chegar até esse conceito foi começar pela releitura dos clássicos da própria disciplina, os de maior influência. E as conclusões não foram animadoras. Discursos um tanto quanto apologéticos e a afirmação do caráter predominantemente subjetivo do campo eram lugar-comum. No entanto, um ponto parecia unificar esses determinados autores: gerir as organizações era o foco da Administração. A escolha pelo empirismo como método, no lugar da abstração, vem desde Taylor, privilegiando o concreto e os dados construídos em vez de generalizações. “Na essência, presidindo tudo, está uma atitude descritiva onde o importante é *o como* e não *o porquê* da ação”, afirmava Tragtenberg sobre o caráter da Administração (1977).

Compreender as organizações seria o objetivo de um (outro) novo campo — os Estudos Organizacionais ou a Teoria das Organizações — que só recentemente se preocupa em consolidar-se juntando tudo ao que já foi estudado em diversos outros campos sobre o tema. A sua base é a “Sociologia das Organizações”, primeiro sistematizada por Weber e é, sem dúvida, multidisciplinar, incompatível com a atual estrutura das universidades. Estrutura essa que impede a construção de uma visão de totalidade e privilegia a fragmentação do conhecimento.<sup>1</sup> Entretanto, estudar o gerenciamento das organizações é também uma forma de estudar as próprias organizações. Consideramos, então, os Estudos Organizacionais todo o conjunto de estudos que se dedicam às organizações, incluindo a gestão delas sob qualquer ótica.

Muitas questões, portando, vêm à tona sem que a maioria dos estudiosos do campo não consigam sequer apontar para uma resposta. Será que são todos os tipos de organizações que cabe à Administração compreender e indicar a melhor forma de geri-las? E o Estado, cujo pensamento hegemônico sempre defendeu que deveria ser gerido com a racionalidade utilitarista típica das empresas, por que pouco faz parte do foco de estudo dos administradores formados nas escolas especializadas? Portanto, sua gestão cabe ou não à Administração? E as relações sociais, que mesmo não sendo organizações propriamente ditas e que se realizam fora delas na maioria dos casos (ou fora das organizações formais), mas que não foram poucas as tentativas de tentar geri-las, será que também cabe à Administração elaborar esse conhecimento?

São perguntas que os clássicos lidos até então não nos responderam e que nos mostram a dependência entre os dois campos — a Administração e os Estudos Organizacionais — e entre estes dois e tantos outros. Entretanto, havia a suspeita de que não era pelo fato de não encontrarmos nos clássicos da disciplina respostas às nossas inquietações que não haveria ninguém, até então, que se tivesse dedicado a alguns desses questionamentos.

---

1 Não se trata de um elogio a Weber. A estrutura que a maioria das universidades hoje perpetua é totalmente incompatível com o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas. A Universidade, cujo seu papel principal é a reprodução da força de trabalho, não está sintonizada mais com as demandas do capital: já não é mais capaz de formar o tipo de trabalhador exigido pelo mercado. Este conhecimento multidisciplinar, quando aplicado na sua forma instrumental, de fato não fragmenta o saber, mas tira dele todo o seu poder de crítica. Por isso que, quando implementado dessa forma, obtém níveis ainda mais brutais de exploração da força de trabalho. Hoje, quem detém este saber, o saber multidisciplinar, baseado na totalidade, são as classes dominantes. A Sociologia das Organizações (ou a Administração Política enquanto prática gerencial atualizada) é ciência e ideologia dos gestores e não cabe na maioria das universidades.

Então, o próprio autor que nos serve de ponto de partida (Santos, 2004), iniciando pela releitura da Economia Política, em um segundo momento, percebeu que ali havia uma grande quantidade de textos que falavam de gestão, notadamente em autores considerados marginais. Mas não só neles.

O *institucionalismo*, o *regulacionismo* e o *gerencialismo*, três correntes da Economia Política, que hoje encontram grande respaldo no chamado *mainstream*, “são pensamentos que surgem no sentido de entender os movimentos da organização e da institucionalização das relações sociais de produção, num dado momento histórico” (Santos, 2004, p. 21). Elas denunciavam, logo de início, que alguma coisa estava fora do seu lugar (o *gerencialismo*, entretanto, não tinha como negar o caráter do seu conteúdo). Essas questões apontavam para a necessidade de novos estudos que dessem continuidade a esta concepção, mas agora adentrando em outras linhas do pensamento e permitindo que a Administração Política se consolidasse — ou pelo menos uma vertente dela, já que a Administração Profissional (Santos, 2004) e até os Estudos Organizacionais podem formar esse campo maior.

Portanto, um caminho que parece já demonstrado para atingir tal meta: consolidar a Administração Política enquanto disciplina autônoma, é buscar na Economia Política todo o saber que dedica a compreender o mundo das organizações e, em especial, ao gerenciamento delas. Esse conteúdo fica mais evidente dentro da Economia Política, notadamente nas últimas décadas, quando os estudos do micro se tornam hegemônicos. Os estudos que tomam como ponto de partido as firmas, por exemplo, ganham mais destaque que os que se dedicam ao gerenciamento do Estado. Parece-nos que há um mundo todo dentro da Economia que é muito mais Administração. Mas esse não é um privilégio da Economia Política. A Psicologia, a Sociologia e até as Engenharias são cada vez mais disciplinas que se rendem à Administração ou se tornam auxiliares dela. Para se criar esse campo, o campo da Administração Política, basta, em um primeiro momento, sistematizar todo o saber diluído em outros campos.

Mas a consolidação não é somente para “fazer justiça” com todos os que e dedicaram ao estudo da gestão e das organizações, e sim, sobretudo, para nos permitir realizar uma crítica mais séria ao campo que, para nós, é o que mais ganhou importância com a consolidação do capitalismo pós-guerras e a conseqüente consolidação dos gestores enquanto classe, período no qual foi revolucionado o modo de conduzir as forças produtivas.

### **A Administração contra a Política**

Entretanto, o próprio conceito de Administração Política traz um problema. Ainda hoje, a visão mais difundida e aceita que se tem da Administração é a formulada por Herbert Simon (1965), cuja definição afirma que “a administração deve dar ênfase especial aos métodos e processos que visam assegurar uma ação positiva e mover uma ação concatenada de um grupo de indivíduos” (Santos, 2004, p. 30), em outras palavras, é a “ciência” que cria os meios para atingir determinado objetivo, conceito não muito distante das primeiras formulações de F. Taylor.

À primeira vista, parece que esse conceito nega completamente o teor político do campo. Seria um contra-senso elaborar o conceito de Administração Política, então. A neutralidade é a essência. O próprio Herbert Simon defendeu isso. O bom e o mau nada mais representam do que nível de eficiência que tal ação surtiu na consecução dos objetivos estabelecidos. Aqui também há a defesa da neutralidade nas forças produtivas. Mas, levantando alguns véus, podemos enxergar o teor equivocados de tal afirmação.

Podemos perguntar, por exemplo, “quem determina os objetivos a serem alcançados”. É exatamente esse indivíduo (ou classe) que obtém o direito de dizer o que é bom ou mau. Aos outros, dentro da mesma organização, cabe aceitar, mesmo que seja contra os seus interesses, porém nem sempre de forma passiva. É aí que toda neutralidade some: uma relação de poder se estabelece e nada menos que a política aparece. A Administração passa a ser política a partir do momento em que, por uma configuração histórica, uma classe passa a deliberar a melhor forma de gerir as organizações modernas para satisfazer seus próprios interesses. Ou a “mover uma ação concatenada de um grupo”, como prefere Simon. Entretanto, outras elucubrações mais profundas podemos fazer.

Mesmo concordando com Simon (1965) ao afirmar que a Administração é a ciência que elabora os *meios* para alcançar determinados *fins*, isso não significa determinar menos importante o *fim* ou, pior, dar vida própria aos *meios*. O fim que a Administração buscou alcançar sempre foi de caráter eminentemente político, sejam os meios para aumentar a produtividade ou os para alcançar determinado patamar de desenvolvimento:

Os meios para alcançar o desenvolvimento representam o conteúdo próprio da administração política, que nada mais é senão o

gerenciamento feito pelo Estado, nas suas relações com a sociedade, para edificar uma certa materialidade visando alcançar as finalidades, expressas no bem-estar de uma sociedade ou da humanidade (Santos, 2004, p. 33).

Entretanto, esse tipo de Administração Política — ou gestão das relações sociais — que visa o bem-estar da humanidade é apenas um modelo, dentre outros muitos que podemos citar. E, mesmo assim, é de uma espécie que em poucos momentos históricos tentou-se deliberadamente buscar, e que dificilmente se materializou, sobretudo por ser contraditório com a compreensão de Estado que o define também marcado pelas relações de produção, assim como a ciência.

Por isso estamos de pleno acordo quando Santos afirma ser “importante precisar melhor o conceito de administração política que deve ser compreendido no âmbito das relações sociais que se estabelecem para a estruturação de um modelo de gestão da sociedade” (2004, p. 33). Também concordamos quando afirma que “a gestão social (ou seja, a administração política) termina por ganhar mais densidade no âmbito do Estado, portanto nas relações do Estado com a sociedade”. Mas a discordância é fundamentalmente quando este define o Estado como árbitro dos sistemas de controle social e dar-lhe como função “garantir certo nível de bem-estar, expresso nas garantias plenas de materialidade” (2004, p. 33). De qualquer forma, o conceito é muito mais amplo e complexo do que as impressões de H. Simon e F. Taylor.

Porém, não deixaremos de usar este autor como ponto de partida, como já afirmado, pois o conceito elaborado por ele surge da necessidade de iniciar a ruptura com a Economia Política (também um dos nossos objetivos):

[. . .] devemos pôr a administração política em confronto com a economia política. Desse modo, se a economia política, no plano da materialidade humana, responde pelo “que” e “por que” fazer, ou seja, pelas possibilidades de produção, da circulação e da distribuição de bens materiais, a administração política tende a responder pelo “como fazer”, ou seja, pela concepção do modelo de gestão para se chegar à finalidade. Conceber a gestão da materialidade das relações sociais constitui o objeto, portanto essência, da administração. Aqui

o campo próprio da ciência administrativa — a Administração Política (Santos, 2004, p. 40).

E esta mesma referência que vai nos dar a primeira idéia de por onde podemos começar a fazer a crítica à Administração Política ao afirmar que:

A administração nunca perdeu de vista a sua racionalidade instrumental no âmbito das organizações, particularmente as voltadas para o mercado capitalista, desenvolvendo técnicas cada vez mais elaboradas para o aprisionamento e alienação do trabalhador aos requintes do aumento da produtividade do seu trabalho e da fidelidade à organização, ao seu patrão em última instância (2004, p. 24).

É bem verdade que a conceituação acima não trata especificamente da Administração Política, mas sim da administração no geral, e até mesmo podemos afirmar que está mais próximo da “Administração Profissional” (Santos, 2004 e Caribé, 2006) do que do bem-estar da humanidade. Mas ao afirmarmos que a Administração é o estudo das formas de gestão — seja das organizações, das relações sociais ou das instituições como o Estado — não podemos negar que todas as formas de gestão são eminentemente políticas; ou, ainda, que não caibam às formas de gestão, realizadas pelo Estado, as mesmas críticas, em um nível diferente, feito pelo autor (Santos, 2004) para a administração no geral.

### **As perspectivas de análise dos Estudos Organizacionais**

A negação da possibilidade da abordagem marxista para a Administração Política na maioria das escolas de gestão não só mostra a opção ideológica e de classe desse campo como também impede sua melhor delimitação. A maior parte do conteúdo e práticas elaborados de forma contrária ao que se passava no mundo da administração era pensada por teóricos de outras áreas. No Brasil, Preste Motta e Maurício Tragtenberg formam uma exceção por terem ambos lecionados na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Entretanto, quando nos detemos na Administração não temos dúvidas da impossibilidade de uma abordagem de classe. A gestão é instrumento de dominação, como nos mostrará Tragtenberg (1977 e 1989), é aí que se encontra a confluência com o marxismo (ortodoxo, diga-se de



passagem); ao relermos os principais textos de Lênin perceberemos de que forma o marxismo não só contribuiu para o avanço da Administração, enquanto prática, como também foi em nome do socialismo que a Administração Política foi levada às últimas consequências. O marxismo, então, que deveria ser o instrumento de uma classe, acaba por servir outra: não à burguesia clássica, proprietária direta dos meios de produção, mas à classe dos gestores das burocracias, seja ela estatal ou privada.<sup>2</sup>

Com os Estudos Organizacionais a história deveria ser outra. Por ter um objeto mais amplo e não estático — não necessariamente circunscrito num momento histórico como o é o objeto da Administração Política —, o caminho a ser escolhido pelo pesquisador passa a ser não uma imposição (como no caso anterior da Administração), mas uma escolha, e essa escolha é determinada pelos valores de quem busca as respostas. Portanto, o que importa é que tudo depende muito da posição na qual se encontra quem busca as respostas. Apesar de pouco ter sido feito de outra forma, este campo é mais aberto ao conteúdo realmente crítico, aquele que consegue sair das aparências e se confronta com a realidade da luta de classes. Fugir de uma abordagem de classe, nesse caso, é negar as contradições sociais nas quais estamos imersos.

É nesse sentido que Nascimento (2005) nos alerta para a necessidade de escolhermos, antes de qualquer análise, por qual perspectiva se deseja abordar a Administração Política. A primeira pergunta a se fazer é se queremos estudar as empresas capitalistas (o que inclui o Estado) ou as organizações dos trabalhadores. É esse questionamento que determina o ponto de ruptura entre o marxismo que neutraliza as forças produtivas em relação às relações de produção — que busca formas de gerenciar as instituições das classes dominantes pelo proletariado — e o marxismo heterodoxo ou autonomista, que busca construir organizações baseadas em práticas surgidas dentro do próprio movimento dos trabalhadores.

Para complementar esse método precisamos também perguntar “sob qual ótica estudaremos estas organizações”: se é sob a ótica do proletariado ou sob a ótica de uma das classes capitalistas (a dos gestores ou a dos proprietários dos meios de produção). Esse outro recorte é tão importante quanto o primeiro.

---

2 Ver último capítulo da dissertação de mestrado que serviu de orientação para este texto. Ver também *Capital, Sindicatos, Gestores* (1987), de João Bernardo.

Assim, se combinarmos as duas perguntas, nos colocamos em quatro situações distintas e em todas elas podemos encontrar autores que se dedicaram a compreender as organizações sob determinada situação.

Compreender a empresa capitalista sob a ótica dos seus gerentes e proprietários é o quadrante que tem quase toda produção e no qual podemos encaixar a Administração Profissional e a Administração Política, que já observamos se tratar, neste texto, de períodos diferentes da história da mesma classe. Esses modelos envolvem tanto as formas de organização dedicadas ao aumento da produção quanto as destinadas a subjugar o proletariado.

Já fazer uma crítica à Administração Política é uma forma de enxergar as empresas capitalistas e todas as outras formas de organização hierarquizadas que objetivavam separar do trabalhador o controle do processo de trabalho no qual está inserido,<sup>3</sup> sob a ótica do proletariado.

A *Contra-administração*, o que inclui as formas de auto-organização do proletariado em diversos momentos históricos, desde a fundação desta configuração atual de luta de classes, é a forma de enxergar e construir organizações do proletariado por ele próprio. É importante frisar que é necessário não somente aliar o controle e a propriedade ao trabalho, mas também uma consciência de classe e um nível de luta com pautas políticas, e não meramente econômicas. Seria interessante, futuramente, fazer um levantamento das diversas experiências passadas e atuais de auto-organização dos trabalhadores e mostrar de que maneira foram lutas que criaram formas horizontais de organização. O texto de Cláudio Nascimento, *Do “Beco dos Sapos” aos Canaviais de Catende*, que ainda não foi publicado mas já tem ampla circulação na internet, é uma importante contribuição nesse sentido.

Mas, é importante frisar, não se pretende, de forma alguma, fundar um novo campo. A *contra-administração*, que deve ser chamada ainda e sempre de auto-organização do proletariado, existe desde os primórdios do próprio capitalismo. Não são poucos os exemplos históricos em que foram realizados experimentos desse tipo, como mostra o texto de Cláudio Nascimento. Auto-organização já chegou a ser tentada em escala ampliada, como na *Comuna de Paris* ou na *Comuna das Astúrias*,<sup>4</sup> ou cotidianamente nas fábricas pelo mundo afora.

---

3 Aqui podemos incluir as empresas bolcheviques da antiga União Soviética e o Estado em qualquer momento com sua burocracia, respeitando as peculiaridades de cada processo.

4 Experiência libertária espanhola, sustentada sobretudo por operários de Gijón, mas difundido em toda a província das Astúrias. A comuna resistiu treze dias após as derrotas da esquerda nas eleições e no levante que aconteceu em seguida. Tudo no ano de 1934.

Por último, há o quadrante de menor produção, aparentemente. Entender a organização do proletariado sob a ótica das classes dominantes parece ter sido o ponto de vista de menor preocupação. Entender o motivo disso ou provar o contrário é fundamental. De qualquer forma, se muito não foi produzido, muitas das coisas pensadas pelas classes dirigentes, quando o tema é organização, foram no sentido de vetar o desenvolvimento de auto-organização do proletariado. Os modelos de organização das empresas capitalistas e do Estado são, em tese, antiproletários. O que podemos perceber é que as classes dominantes sempre afirmaram que não havia nenhuma possibilidade de os próprios trabalhadores se organizarem. Weber, por exemplo, desde o início dos Estudos Organizações, portanto, afirmava que era necessário que houvesse uma classe a orientar toda a sociedade na sua Alemanha à beira do obscurantismo. Saint-Simon, antes de Weber, tinha conferido aos industriais tal tarefa (Bernardo, 2004). Faltava aos trabalhadores, para um e para outro autor, a racionalidade necessária. O leninismo não afirma nada de diferente ao dizer que sem a vanguarda não há luta e que o partido deve ser o responsável por ditar as regras a que o proletariado deve submeter-se.

Ainda João Bernardo, em publicação anterior (1991, p. 169), nos alerta que o corporativismo, enquanto forma prática de organização política, tem por um dos elementos definidores a consolidação de instituições responsáveis pelo trabalho, sua organização e mercado, sem esquecer de que essa forma de controle já é exercido pelas próprias administrações das empresas e sindicatos burocratizados, mostrando toda a preocupação das classes dominantes de manter sob seu controle o proletariado, vetando sua auto-organização.

É importante frisar que há aqueles autores que não se encontram situados em somente um quadrante. Lênin, cuja influência no modo de organização da URSS foi marcante, é um dos exemplos mais significativos. Se muito do que escreveu e fez ficou para a história como material produzido por um autêntico dirigente estadista e, portanto, pertencente à classe dominante, há também o Lênin que antes de dar todo poder ao Partido, conferiu este *status* aos conselhos, mesmo que de forma vacilante. Há momentos em que Lênin pensa na auto-organização dos operários e camponeses da URSS e do resto do mundo; há momentos em que ele faz a crítica à Administração Política.

### Conclusões

Mas a Crítica à Administração Política não é o fim. Determina, somente, a divisão dos estudos que se dedicam a compreender as organizações em dois campos distintos. O primeiro campo é o da Administração Política e suas variações que se adaptam a cada momento às necessidades das empresas capitalistas e às mudanças no Estado. Neste grupo entram principalmente Taylor, Fayol e todas as concepções que recebem forte influência destes. Aqueles que dentro do marxismo acreditaram que as forças produtivas não são determinadas pelas relações de produção, e que, portanto, defenderam que em qualquer sociedade a Administração Política deve continuar a existir realizando papel similar.

O outro campo, a *Contra-administração*, quase que esquecida pelos centros produtores do saber hegemônico forma o lado oposto. No Brasil, definimos Maurício Tragtenberg como principal referência. Outro autor fundamental para compreendermos e atualizarmos a *contra-administração* é João Bernardo. Contudo, é importante lembrar que há uma gama infinitamente maior de autores que contribuem para fomentar este campo. Desde Marx ao falar da *Guerra Civil na França*,<sup>5</sup> passando pelo brasileiro Fernando Prestes Motta, chegando até a uma diversidade de autores anarquistas, como Errico Malatesta, que se dedicaram a compreender e propor formas organizacionais críticas à burocratização e à hierarquização comuns nas empresas, no Estado e nos partidos. Entretanto, são os “conselhistas” (como Pannekoek) e uma série de autores e movimentos “autonomistas” que consideramos as correntes mais importantes desse campo. Esses últimos, talvez, tenham sido os que foram mais longe e que por isso sofreram mais com a censura. Merecem, portanto, lugar de destaque em futuros estudos.

Assim como o papel de Lênin deve ser pontuado com cautela, pois há contradições insuperáveis e uma resposta específica a cada momento da Revolução de Outubro, Marx também se encontra imerso nas suas próprias contradições. A idéia de “ditadura do proletariado”, por exemplo, é emblemática para mostrar quantas interpretações uma idéia pode ganhar.

---

5 Aliás, este texto de Karl Marx comprova que o que estamos falando não se trata de novidade histórica. As primeiras experiências da *contra-administração*, enquanto prática, surgem antes da consolidação e ascensão da classe dos gestores. Ver em *A Guerra Civil em França*, de 1871, o texto “Sobre a Comuna”.

Por essas ambigüidades existentes em qualquer autor, que Marx não é exceção, é que o mesmo que se encanta com a *Comuna de Paris*, não parece ser quem escreve os dez pontos do programa do Partido Comunista no *Manifesto*, juntamente com Engels. O programa esboçado no *Manifesto*, que caracteriza a *ditadura do proletariado* de forma bastante rasa, em nenhum momento pode ser considerado uma forma de *Contra-administração* por pontuar, em última instância, o desenvolvimento das forças produtivas na forma da exploração do trabalho mesmo para um mundo socialista. Aliás, o próprio Marx ao se deparar com a *Comuna de Paris* percebe a limitação do seu programa.

E é assim que nos colocamos neste debate: reafirmando a gestão como objeto da Administração, porém, não partimos em sua defesa. A Teoria das Organizações, mais ampla e englobando o primeiro campo, como seu próprio nome já diz, deve responsabilizar-se pelas organizações e os diversos olhares sobre elas. Olhares esses atravessados sempre pela ótica de uma classe e, portanto, sem neutralidade axiológica. Ou que, pelo menos, a neutralidade exista na análise e que os valores definam o objeto do estudo. Daí a importância de separar o que é ideologia, o que é conhecimento útil para a classe dos gestores e o que é instrumento de libertação para o proletariado.

Se o primeiro passo para compreender a Administração Política passa por um estudo mais teórico, uma releitura das outras disciplinas já consolidadas (principalmente a Economia Política) e uma conseqüente sistematização deste conhecimento fragmentado, tornando-a ciência autônoma; em um segundo momento, para compreender a base ideológica deste campo, tem que se buscar na história toda a fundamentação.

Ao buscarmos na história nossos fundamentos, como já assinalamos, percebemos que não são as idéias e conceitos que a fazem, mas os sujeitos, as classes. Estudar a Administração Política significa estudar como uma classe ascendeu e derrotou outras, como ela impôs suas idéias ao resto da humanidade. A Administração Política nada mais é que uma das facetas dessas idéias e práticas da classe hoje dominante. Não é a Administração que partiu das fábricas para o resto dos espaços de poder: mas os gestores que passaram, a partir do local de trabalho, a dominar o Estado, no seu sentido mais amplo.

### Bibliografia

- BERNARDO, João. *Capital, Sindicatos, Gestores*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1987.
- BERNARDO, João. *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- CARIBÉ, Daniel. *Das fábricas ao Estado, do Estado às fábricas: a formação dos gestores enquanto classe*. Mestrado. Salvador: Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, 2006.
- FRANÇA, Genauto Carvalho de. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto. In: SANTOS, Reginaldo Souza (org.). *A Administração Política como campo do conhecimento*. São Paulo; Salvador: Mandacaru; Fundação Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, 2004.
- LÊNIN, V. I. Estado e Revolução, 1917a. In: *Obras escolhidas*. Tomo 2. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- LINHART, Robert. *Lênin, Os camponeses, Taylor*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- . *Sobre a Comuna*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1871/sobrcomu.htm>>. Acesso em setembro de 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista. O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Carlos Nelson Coutinho [et. al.]; Daniel Aarão Reis Filho (org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- NASCIMENTO, Cláudio. *Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende*. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_becosapos.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf)>. Acesso em setembro de 2007.
- NASCIMENTO, Manuel. Troca de correspondências eletrônicas. Assunto: *Convi-te para grupo de estudos: Administração e Hegemonia*. Dezembro de 2005.
- SANTOS, Reginaldo Souza (org.). *A Administração Política Como Campo do Conhecimento*. São Paulo; Salvador: Mandacaru; Fundação Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, 2004.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.
- . Rosa Luxemburg e a crítica aos fenômenos burocráticos. In: LOUREIRO, I. M.; VIGEVANI, T. (org.). *Rosa Luxemburg — a recusa da alienação*. São Paulo: Unesp, 1991.
- . A Teoria Geral da Administração é uma Ideologia? *RAE — Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 1971.
- . *Administração, poder e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- (org.). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.